



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAJEADO

CNPJ: 87.298.188/0001-84

Demonstrações Contábeis Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2017

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial		Demonstração do Fluxo de Caixa Método Indireto			
ATIVO	2017	2017	2017	2016	2016
CIRCULANTE					
Caixa	563,93	315,14	779,55	1.658,62	12,46
Bancos Conta Movimento	38.819,76	21.693,39	53.662,58	114.175,73	125.703,88
Aplicações Financeiras	262.856,29	146.890,28	363.360,17	773.106,74	761.725,74
Convênios a receber	75.377,88	16.090,92	25.210,86	116.679,66	46.519,92
Créditos por adiantamentos	184,30	0,00	335,05	519,35	80.660,96
Sub-total	377.802,16	184.989,73	443.348,21	1.006.140,10	1.014.622,96
NÃO CIRCULANTE					
Investimento	6.361,91	3.555,18	8.794,43	18.711,52	13.782,14
Ações CRT	1.286,35	718,84	1.778,20	3.783,39	3.783,39
Coop. Crédito Lajeado LTDA c/ Capital	5.075,56	2.836,34	7.016,23	14.928,13	9.998,75
Imobilizado	883.517,22	493.730,21	1.221.332,64	2.598.580,07	2.595.070,94
Construções	-	-	-	-	-
Prédios e Terrenos	723.797,76	404.475,22	1.000.543,97	2.128.816,95	2.128.816,95
Móveis e Utensílios	106.124,07	59.304,63	146.700,91	312.129,61	251.109,48
Computadores e Periféricos	21.493,67	12.011,17	29.711,85	63.216,69	60.226,69
Instalações	8.115,16	4.534,94	11.218,02	23.868,12	23.868,12
Veículos	-	-	-	-	60.501,00
Biblioteca e Brinquedos	23.986,56	13.404,25	33.157,89	70.548,70	70.548,70
(-) Depreciações Acumuladas	311.458,72	174.050,46	430.545,89	916.055,07	823.508,44
Prédios	229.886,67	128.466,08	317.784,51	676.137,26	609.833,66
Móveis e Utensílios	52.486,36	29.330,61	72.554,67	154.371,64	136.886,38
Computadores e Periféricos	13.893,94	7.764,26	19.206,34	40.864,54	36.158,93
Instalações	8.115,16	4.534,94	11.218,02	23.868,12	23.868,12
Veículos	-	-	-	-	60.501,00
Biblioteca e Brinquedos	7.076,59	3.954,57	9.782,35	20.813,51	16.761,35
Sub-total	578.420,41	323.234,93	799.581,18	1.701.236,52	1.785.344,64
Total do Ativo	956.222,57	508.224,66	1.242.929,39	2.707.376,62	2.799.967,60
P A S S I V O					
CIRCULANTE					
Obrigações Bancárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Sociais e Fiscais	37.190,77	20.783,08	51.410,77	109.384,62	95.255,71
Subvenções e Convênios a Realizar	75.377,88	16.090,92	25.210,86	116.679,66	46.519,92
Obrigações Diversas	163,20	91,20	225,60	480,00	480,00
Sub-total	112.731,85	36.965,20	76.847,23	226.544,28	142.255,63
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Patrimônio Social	1.128.480,54	635.762,71	893.468,72	2.657.711,97	2.573.339,28
Superávit (Déficit) do Exercício	-284.989,82	-164.503,25	-272.613,44	-176.879,63	84.372,69
Sub-total	843.490,72	471.259,46	1.166.082,16	2.480.832,34	2.657.711,97
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	956.222,57	508.224,66	1.242.929,39	2.707.376,62	2.799.967,60

Demonstração do Superávit e Déficit do Exercício 2014		2017	2017	2017	2016
RECEITA BRUTA					
ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Doações Pessoas Físicas	35.472,16	19.840,06	49.009,66	104.321,88	41.627,99
Doações Pessoas Jurídicas	25.047,62	14.016,40	35.025,56	74.089,58	125.407,07
Receitas de Oficina	314,16	175,56	2.239,78	2.729,50	4.459,50
Receitas com Eventos	19.196,84	10.727,65	26.663,81	56.588,30	33.193,48
Receitas Promoções e Atividades Sociais	1.540,20	860,70	2.129,10	4.530,00	54.989,50
Doações/ Contribuições Jornal	1.581,00	883,50	2.185,50	4.650,00	0,00
Receitas c/ Subvenções	458.295,20	214.189,14	746.068,19	1.418.552,53	1.304.001,25
Outras Receitas Eventuais	3.606,85	1.946,33	4.814,79	10.367,97	827,20
Receitas Nota Fiscal Gaúcha	2.108,00	1.178,00	2.914,00	6.200,00	6.980,54
Receitas Venda Imobilizado	1.529,66	854,81	2.114,53	4.499,00	22.000,00
Sub-total	548.691,69	264.672,15	873.164,92	1.686.528,76	1.593.486,53
DESPESAS E GRATUIDADES BENEFÍCIAS					
Despesas c/ Pessoal e Encargos	701.094,36	339.006,38	422.348,84	1.462.449,58	1.187.449,19
Despesas Gerais e Administrativas	117.569,01	81.776,53	157.442,25	356.787,79	300.499,97
Sub-total	818.663,37	420.782,91	579.791,09	1.819.237,37	1.487.949,16
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas Contribuições Sociais	167.475,59	58.373,77	104.627,41	330.476,77	292.215,48
Receitas Isenções Usufruidas	167.475,59	58.373,77	104.627,41	330.476,77	292.215,48
Despesas com Depreciações	31.465,85	17.583,86	43.496,92	92.546,63	95.964,32
Receitas Financeiras	16.941,91	9.467,54	23.419,69	49.829,14	75.920,10
Despesas Financeiras	494,20	276,17	683,16	1.453,53	1.120,46
Receitas Reembolso 13º Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas no Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e Devoluções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	-15.018,14	-8.392,49	-20.760,39	-44.171,02	-21.164,68
Superávit (Déficit) do Exercício	-284.989,82	-164.503,25	-272.613,44	-176.879,63	84.372,69

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Nota 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS é uma Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, de caráter beneficente de assistência social, educação e saúde com autonomia administrativa, financeira e jurídica, com atividade preponderante na assistência social, com Certificado de Entidade Beneficente Social reconhecida de utilidade pública federal pelo Decreto nº 95.618 de 12/01/1988, Unidade Pública Estadual pelo Decreto nº 25.812 de 29/09/1977, Unidade Pública Municipal pela Lei nº 2.569 de 10/10/1974, do município aonde atua. Tem como finalidade estatutária promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2017, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 no que se refere aos aspectos da elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, e demais Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem fins lucrativos. **NOTA 03 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC 1.330/11 (ITG 2000)** - A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Livro Diário" que é posteriormente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do município Lajeado. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, papéis, registros e outros, que apoiem ou compõem a escrituração contábil, sendo esta hábil e revestida de todas as formalidades capazes de assegurar sua exatidão e mantida em boa ordem.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS - 4.1) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução CFC nº 1.298/10 (NBC TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Na apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. **4.2) Aplicação de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço. **4.3) Ativos circulantes - Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. **4.4) Imobilizado** - Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzindo da depreciação, e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 - NBC TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gastos é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **4.5) Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. **4.6) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.7) As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas totais da Área da Educação pagou parte das despesas das Áreas da Saúde e Assistência Social. Para as receitas e despesas não específicas por área, foi aplicado o seguinte percentual: Assistência Social - 34%, Saúde - 19% e Educação - 47%, percentuais estes calculados com base no faturamento do ano anterior. **4.8) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência.

NOTA 05 - ATIVO NÃO CIRCULANTE (INVESTIMENTOS) - Nesta conta está lançada os valores das Ações da CRT e valores da Distribuição de sobras do Capital Social do Banco Sicredi, demonstrado no quadro abaixo:

Código Contábil	Nome da Conta	Valores (R\$)
69	Ações CRT	3.783,39
70	Sicredi Conta Capital	14.928,13

NOTA 06 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE (IMOBILIZADO) - O valor de recuperação dos bens do imobilizado são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei nº 11.638/07, Resolução do CFC nº 1.177/2009 (NBC TG 27) e Resolução do CFC nº 1.330/10 (NBC TG 04). Foi constatado que os bens não estão superestimados em seus valores contabilizados.

Demonstrações do Imobilizado em 31/12/2017

Descrição	2017		2016	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Móveis e Utensílios	251.109,48	61.020,13	312.129,61	154.371,64
Comput. Periféricos	60.226,69	2.990,00	63.216,69	40.864,54
Terrenos	471.224,29	-	471.224,29	-
Instalações	23.868,12	-	23.868,12	-
Prédios	1.657.592,66	-	1.657.592,66	981.455,40
Veículos	60.501,00	-60.501,00	-	-
Biblioteca e Brinq.	70.548,70	-	70.548,70	20.813,51
Total	2.995.070,94	3.509,13	2.598.580,07	916.055,07

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE) - Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de obrigações fiscais, empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como subvenções e convênios a realizar.

NOTA 08 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, diminuído do déficit do exercício.

NOTA 09 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - A entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07, Resolução CFC nº 1.292/10 que aprova (NBC TG 01). Não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

NOTA 10 - AJUSTE A VALOR PRESENTE - Resolução do CFC nº 1.151/09 (NBC TG 12) - Em cumprimento a Resolução CFC nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes, pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.

NOTA 11 - SUBVENÇÕES PÚBLICAS - Resolução CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07) - A Entidade recebeu recursos financeiros provenientes de convênios com órgãos públicos, com o objetivo principal de executar projetos e atividades conveniadas entre as partes, relacionadas aos objetivos estatutários da Entidade, sendo que estes valores são aplicados nas atividades previstas. A Instituição presta contas dos valores recebidos, ficando toda a documentação a disposição na sede da entidade para quaisquer verificações das despesas realizadas. A Entidade atende aos requisitos da Resolução CFC nº 1.305/2010 que aprovou a NBC T 19.4 Subvenção e Assistência Governamentais, sendo os valores recebidos e a receber conforme quadro:

Órgãos Municipais	Valor Total do Conv. (R\$)	Realizado no Exercício (R\$)	Valor do Conv. a Receber (R\$)
Prof. Munic. de Arroio do Meio	131.378,00	119.087,80	12.290,20
Prof. Munic. de Quevedo do Leão	20.766,20	20.766,20	0,00
Prof. Munic. de Banhos do Vale	20.906,38	19.328,54	1.577,84
Prof. Munic. de Cruzeiro do Sul	77.979,20	64.417,60	13.561,60
Prof. Munic. de Foz de Quilmes	27.438,97	24.472,37	2.966,60
Prof. Municipal de Lajeado	209.131,00	209.131,00	0,00
Prof. Municipal de Lajeado/ COMDICA	40.000,00	40.000,00	0,00
Prof. Munic. de Lajeado/ Federal	61.426,56	5.118,88	56.307,68
Prof. Municipal de Lajeado/ SUS	205.227,82	189.136,90	16.090,92
Prof. Munic. de Marques de Souza	43.651,00	39.413,00	4.238,00
Prof. Municipal de Progresso	46.610,00	42.265,00	4.345,00
Prof. Munic. de Santa Clara do Sul	39.031,74	36.271,92	2.759,82
Prof. Municipal de Sérgio	25.117,44	25.117,44	0,00
Prof. Municipal de Travesseiro	25.850,20	23.308,20	2.542,00
Estadual			
FUNDEB-Fundo de Manut e Desenv. da Ed. Básica	195.361,20	195.361,20	0,00
Federal			
FUNDEB-Fundo de Manut e Desenv. da Ed. Básica	305.666,56	305.666,56	0,00
FNDE - Fundo Nacional de Desenv. da Educação	13.170,00	13.170,00	0,00

NOTA 12 - RECEITAS (Resolução CFC nº 1.187/09) - Em atendimento a Resolução do CFC nº 1.187/09 que aprova a NBC TG 30, as atividades de prestação de serviços são mensuradas pela contraprestação recebida ou a receber. A descrição Outras Receitas Eventuais provém de origem bancária, sendo lançada nesta conta valores recebidos pela participação de Conta Capital do Banco Sicredi.

Receitas	Assistência Social (R\$)	Saúde (R\$)	Educação (R\$)
Receitas de Oficina	314,16	175,56	2.239,78
Receitas com Eventos	19.196,84	10.727,65	26.663,81
Receitas com Promoções e Ativ. Sociais	1.540,20	860,70	2.129,10
Doações/ Contribuições Jornal	1.581,00	883,50	2.185,50
Outras Receitas Eventuais	3.606,85	1.946,33	4.814,79
Receita Nota Fiscal Gaúcha	2.108,00	1.178,00	2.914,00
Receita Venda Imobilizado	1.529,66	854,81	2.114,53
TOTAL	29.876,71	16.626,55	43.061,51

NOTA 13 - TRABALHO VOLUNTÁRIO - Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e esforço na execução de ações realizadas na entidade. O montante desse serviço em 2017 corresponde a

Demonstração do Fluxo de Caixa Método Indireto	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2017
Superávit (Déficit) Líquido	(176.879,63)
Aplicado/Obtido Atividades Operacionais:	
Depreciação e amortização	92.546,63
Aumento (diminuição) das contas de A e P circulantes:	
Subvenções/ Convênios a receber	(70.159,74)
Outros créditos curto e longo prazo	80.141,61
Fornecedores	(204,75)
Obrigações Bancárias	-
Salários e encargos sociais	14.128,91